

O que dizem as prefeituras: narrativas encontradas em sites oficiais de municípios do norte do Rio Grande do Sul

Yuri Potrich Zanatta

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo-UFFS) e bolsista UFFS
yuripotrichzanatta@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho é uma variante de um estudo que investigou o significado dos nomes das cidades do norte do estado do Rio Grande do Sul, especificamente o recorte espacial da Região Funcional de Planejamento 9. Naquele momento, buscou-se o Histórico Municipal em sites das prefeituras dos municípios analisados para compreender as razões e ideologias por trás das escolhas dos nomes das cidades, porém deparou-se com uma série de discursos que mereciam ser melhor explorados, visto que não eram o objetivo naquele momento. Assim, este trabalho foca no apagamento da história indígena da região, como uma denúncia das narrativas encontradas, tratando-se, portanto, de uma possibilidade e sugestão de pesquisas futuras sobre a temática.

Cabe citar a questão da constituição da memória coletiva e como ela pode ser construída, moldada e direcionada pelas memórias individuais das pessoas e por intencionalidades próprias. Segundo Halbwachs (1990 *apud* ABREU, 1998), a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Assim, a memória coletiva retém do passado somente o que está vivo ou pode permanecer na consciência de um grupo, e, por isso, está sempre se transformando, já que alguns grupos desaparecem levando consigo certas lembranças. Quando a memória coletiva não se sustenta pois os grupos mudaram, mas têm-se o desejo de preservar essa memória, ela passa de uma memória coletiva, viva, para uma memória histórica, estática, algo distante no passado (ABREU, 1998). Portanto, percebe-se que a memória coletiva de determinada comunidade é um fator sujeito à moldagem através das narrativas de agentes sociais, principalmente aqueles que detém certo poder político e prestígio social.

Como instrumento oficial de comunicação com sua população, publicação de notícias, decretos e outras informações, os sítios eletrônicos das prefeituras são meios informacionais que reproduzem ideologias enraizadas ou que configuram tentativas de remodelar os valores e princípios de seus habitantes. Além disso, são também um importante cartão de visitas para quem busca conhecer a cidade, procurar por atrações turísticas ou infraestruturas e ofertas de serviços. Por isso, os discursos contidos nos *sites* possuem uma responsabilidade social e são de valor incontestável para compreender as ideologias que regem a produção do espaço e dos territórios. Configuram-se, assim, importantes fontes de pesquisa sobre as realidades municipais e a construção de concepções de mundo, já que, como afirma Bacellar (2011, p. 63), “documento algum é neutro e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu”. Portanto, este trabalho busca reproduzir algumas narrativas encontradas em sites de prefeituras do norte do estado, focando em municípios de menor porte e na presença ou apagamento da história indígena do local.

O apagamento da história indígena nas narrativas de algumas prefeituras

De acordo com Kujawa e Tedesco (2014), a região norte do estado do Rio Grande do Sul é marcada por uma série de conflitos sociais de raízes históricas entre indígenas e pequenos agricultores no que tange à reivindicação de posses e demarcação de terras. Para os autores, os conflitos da região possuem particularidades relevantes frente ao contexto dessas lutas no território nacional: no caso gaúcho, as administrações estaduais desenvolveram políticas contraditórias na demarcação de terras ao longo do século XX, provocando diferentes processos de (des)(re)territorialização forçados para ambas as partes, indígenas e agricultoras. Além disso, os atuais conflitos ocorrem em localidades densamente povoadas por agricultores familiares que chegaram à região motivados pelas políticas de colonização do início do século, vivendo nelas por muito tempo. Assim, os conflitos possuem bases históricas que colocam frente a frente os indígenas que demandam a recuperação de terras consideradas de ocupação tradicional, contra agricultores que há muito tempo constroem um *modus vivendi* no território (KUJAWA & TEDESCO, 2014).

A partir disso, exemplificaremos algumas narrativas encontradas em *sites* de prefeituras do recorte analisado. No *site* da Prefeitura Municipal de Chapada/RS, a primeira frase do subtítulo *A colonização de Chapada* já nos dá indícios de um apagamento da história indígena na região: “Mes-

mo com a existência de habitantes em nosso município, considerados intrusos, considera-se oficialmente a chegada dos colonos de origem germânica como o marco da colonização da terra de Chapada” (CHAPADA, 2015a, s. p.). Nos dados da população, temos expostos que 65% é de origem germânica, 28% italiana e 7% de outras origens, não dizendo quais ou citando caboclos e indígenas. Em um documento do Plano Municipal de Educação, na seção *Ocupação do Território*, a narrativa é diferente: “Em Chapada, assim como em muitos outros municípios gaúchos, sabe-se que o índio foi o primeiro habitante, havendo, porém, uma imprecisão sobre qual grupo indígena habitou o território que hoje é denominado Chapada.” (CHAPADA, 2015b, p. 19). Portanto, no documento do plano de educação cita-se a história indígena, mas no discurso presente no *site* oficial do município (diga-se, com maior abrangência de pessoas) há a reprodução da ideia de que os indígenas eram intrusos no território destinado à colonização germânica.

Nesse sentido, outro caso interessante é o do município de Caiçara/RS. Etimologicamente, o termo “caiçara” surgiu com os povos indígenas, sendo a denominação das paliçadas que existiam ao redor das aldeias para a proteção contra inimigos ou animais. O texto apresentado pela prefeitura na seção de História do município não menciona a história indígena e nem a origem do nome atual da cidade, dificultando o entendimento da escolha desse topônimo e ignorando a presença desses habitantes na narrativa contemporânea do município, abordando somente aspectos culturais dos colonizadores e imigrantes.

Porém, não encontramos apenas exemplos ruins. A prefeitura de Nonoai, apesar de contar a história da ocupação do município a partir do avanço dos tropeiros que vinham de outras regiões do Brasil procurando o mercado de mulas (NONOAI, s. d.), dá grande destaque para a presença indígena no local, apresentando um discurso de relação harmônica entre tropeiros e o cacique Nonoai. Este, pela “bondade” nas negociações com os homens brancos, fora posteriormente homenageado, tornando-se o nome da cidade. Essa relação, narrada de forma bastante iconizada, também está presente no hino do município, com grande destaque no site da prefeitura. O que achamos curioso é a não menção ao Parque Estadual Florestal de Nonoai e à Terra Indígena Nonoai Rio da Várzea, que, por sua vez, são citados no site da Prefeitura Municipal de Planalto/RS. A prefeitura de Planalto/RS também reconhece a presença indígena na região desde tempos anteriores à colonização, citando a presença de tribos indígenas Kaingang e Guarani (PLANALTO, s. d.).

Além de Nonoai e Planalto, outros 3 municípios compõem a Terra Indígena Nonoai Rio da Várzea, sendo eles: Gramado dos Loureiros, Liberato Salzano e Trindade do Sul. A prefeitura de Trindade do Sul não faz menção à presença de indígenas na região, enquanto a prefeitura de Liberato Salzano apenas menciona que “Na primeira década do século passado, deu-se início à colonização. Desbravando a mata **virgem**, Marcolino Paiano, por motivo político, fugiu do Município de Palmeira das Missões e veio estabelecer-se aqui.” (LIBERATO SALZANO, s. d., sem paginação, grifo nosso) e desenvolve o histórico a partir dessa perspectiva.

O caso curioso é destinado ao município de Gramado dos Loureiros. Inicialmente, narra a ocupação da região através dos primeiros colonizadores, mencionando que naquela época existia um bom relacionamento com os índios e que estes forneciam mudas de mandioca para o início do plantio nas terras. Porém, com o desenvolver da narrativa, a perspectiva muda e o discurso que se tem é que a presença dos indígenas dificultou o desenvolvimento da região, além de demonstrar uma série de conflitos pelas posses das terras:

A Área Indígena de Nonoai foi demarcada na década de 1910 a 1920. Habitavam nela 20 famílias de colonos brancos. O governo estadual demarcou a área e doou aos brancos 20 colônias com 25 hectares de terras para cada família afim de separar o branco do índio. [...] As terras indígenas sempre foram alvo de cobiça do branco para explorá-la economicamente tanto na agricultura, na extração mineral como também a madeira que era abundante. Na década de 1970 houve a grande invasão dos colonos brancos nas terras indígenas, gerando um bom desenvolvimento para a região. Gramado dos Loureiros foi um dos mais beneficiados, pela proximidade, pois nesta área residiam 1.200 famílias de colonos brancos, produzindo grande quantidade de cereais, suínos e bovinos. No final da década de 1970, houve a expulsão dos colonos pelos índios. Muitas famílias abandonaram as terras e as benfeitorias, com isso a região regrediu e diminuiu o número de habitantes (GRAMADO DOS LOUREIROS, s. d., s. p.)

Os exemplos são vários e as perspectivas diferenciadas, mas é notório o papel das prefeituras na reprodução de discursos que potencializam os conflitos sociais, seja no ponto de vista expresso ou no próprio apagamento da história das populações indígenas da região.

Considerações finais

A partir do exposto, podemos perceber que os sites das prefeituras municipais são importantes meios de comunicação e reprodução de discursos sobre os territórios. Esses discursos têm o po-

der de constituir memórias coletivas e remodelar a compreensão de histórias de conflitos passados, produzindo valores e interpretações no coletivo das comunidades. Uma análise crítica é de suma importância na interpretação dessas narrativas, entendendo que são produzidas por agentes sociais que possuem intencionalidades e interesses próprios. Portanto, o desenvolvimento dessa pesquisa pode auxiliar na compreensão dos conflitos sociais que existem na região através da interpretação das narrativas, demonstrando como elas dificultam um acordo harmônico e a ponderação dos diferentes lados.

Referências

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, v. 14, 1998, p. 77-97. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3ª Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011, p. 23-79.

CAIÇARA. Prefeitura Municipal. Nosso Município. c2019 (copyright 2019). Disponível em: <http://www.caicara.rs.gov.br/nossomunicipio.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CHAPADA. Prefeitura Municipal. Sobre o Município. Escrito em 22 de janeiro de 2015. 2015a. Disponível em: <https://www.chapada.rs.gov.br/municipio/sobre-o-municipio.html>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CHAPADA, Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Educação 2015 a 2025, instituído pela Lei Municipal no 2.667 de 10 de junho de 2015. 2015b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/c/chapada>. Acesso em: 03 jul. 2021.

GRAMADO DOS LOUREIROS. Prefeitura Municipal. Sobre o município. [S. d.]. Disponível em: <https://www.gramadodosloureiros.rs.gov.br/Munic%C3%ADpio>. Acesso em: 04 jul. 2021.

KUJAWA, H.; TEDESCO, J. C. Demarcações de terras indígenas no Norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: uma trajetória histórica de tensões sociais. **Tempos Históricos**, vol. 18, n. 2, 2014, p. 67-88. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6802377>. Acesso em: 04 jul. 2021.

LIBERATO SALZANO. Prefeitura Municipal. Histórico. [S. d.]. Disponível em: <https://liberatosalzano.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.



29/09 A 01/10 DE 2021
ANAI DO HISTÓRIA EM DEBATE

n. 1, vol. 4
ISSN 2675-0635

NONOAI. Prefeitura Municipal. Sobre Nonoai. [S. d.]. Disponível em: <https://www.nonoai.rs.gov.br/o-municipio/a-cidade>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PLANALTO. Prefeitura Municipal. Histórico: quem somos, nossa história e o que fazemos. [S. d.]. Disponível em: <https://www.planalto.rs.gov.br/Hist%C3%B3rico>. Acesso em: 04 jul. 2021.